



EBSERH

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS
HOSPITALARES

Fisioterapeuta

**EDITAL Nº 03 – EBSERH/NACIONAL – ÁREA
ASSISTENCIAL, DE 02 DE OUTUBRO DE 2023**

CÓD: SL-0970T-23
7908433244165

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos.	7
2. Tipologia textual e gêneros textuais.	10
3. Ortografia oficial.	16
4. Acentuação gráfica.....	18
5. Classes de palavras.	19
6. Uso do sinal indicativo de crase.	27
7. Sintaxe da oração e do período.	28
8. Pontuação.	30
9. Concordância nominal e verbal.	32
10. Regência nominal e verbal.	34
11. Significação das palavras.....	36

Raciocínio Lógico

1. Noções de Lógica.	45
2. Diagramas Lógicos: conjuntos e elementos.	46
3. Lógica da argumentação.....	47
4. Tipos de Raciocínio.	48
5. Conectivos Lógicos.	52
6. Proposições lógicas simples e compostas.	54
7. Elementos de teoria dos conjuntos,	56
8. análise combinatória e probabilidade	57
9. Resolução de problemas com frações	60
10. conjuntos	63
11. porcentagens	65
12. sequências com números, figuras, palavras.....	66

Legislação - EBSERH

1. Lei Federal nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011	71
2. Decreto nº 7.661, de 28 de dezembro de 2011.....	73
3. Regimento Interno da Ebserh (Aprovado na 155ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 28 de março de 2023).....	77
4. Código de Ética e Conduta da Ebserh - Princípios Éticos e Compromissos de Conduta – Segunda Edição (2020)	98
5. estatuto Social da Ebserh (Aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 24 de maio de 2023).....	101
6. Regulamento de Pessoal da Ebserh	114
7. Norma Operacional de Controle Disciplinar da Ebserh (atualizado em 17/01/2023, art. 1º ao art. 6º; art. 28 ao art. 45).....	121
8. Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0	124
9. Lei 13.303/2016 (Estatuto jurídico da empresa pública)	163

Legislação - SUS

1. Evolução histórica da organização do sistema de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde (SUS)– princípios, diretrizes e arcabouço legal	185
2. Controle social no SUS	192
3. Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde	195
4. Constituição Federal 1988, Título VIII - artigos de 194 a 200.....	197
5. Lei Orgânica da Saúde - Lei n.º 8.080/1990	200
6. Lei n.º 8.142/1990	210
7. Decreto Presidencial n.º 7.508, de 28 de junho de 2011.....	211
8. Determinantes sociais da saúde	214
9. Sistemas de informação em saúde	215
10. RDC n.º 63, de 25 de novembro de 2011 que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde	220
11. Resolução CNS n.º 553, de 9 de agosto de 2017, que dispõe sobre a carta dos direitos e deveres da pessoa usuária da saúde.....	224
12. RDC n.º 36, de 25 de julho de 2013 que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências	228
13. Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP)	230

Conhecimentos Específicos Fisioterapeuta

1. Métodos e técnicas de avaliação, tratamento e procedimentos em fisioterapia	237
2. Provas de função muscular	237
3. Cinesiologia e Biomecânica.....	239
4. Análise da marcha.....	241
5. Exercícios terapêuticos e treinamento funcional.....	243
6. Indicação, contra-indicação, técnicas e efeitos fisiológicos da hidroterapia, massoterapia, mecanoterapia, crioterapia, eletroterapia, termoterapia superficial e profunda.....	244
7. Prescrição e treinamento de órteses e próteses.....	248
8. Anatomia, fisiologia, fisiologia do exercício e fisiopatologia, semiologia e procedimentos fisioterápicos nas áreas: neurológicas e neuropediátricas; ortopedia e traumatologia; cardiologia; pneumologia; ginecologia e obstetrícia. Geriatria: fisioterapia preventiva, curativa e reabilitadora	249
9. Ética profissional	269

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS**Ironia**

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem suces-

posto na Lei nº 13.303, de 2016.

SEÇÃO II COMPOSIÇÃO

Art. 37. O Conselho de Administração é composto por 9 (nove) membros, eleitos pela Assembleia Geral, obedecendo a seguinte composição:

I- 3 (três) membros indicados pelo Ministro de Estado da Educação;

II- o Presidente da Empresa, que não poderá exercer a Presidência do Conselho, ainda que interinamente;

III- 1 (um) membro indicado pelo Ministro de Estado da Economia;

IV - 2 (dois) membros indicados pelo Ministro de Estado da Saúde;

V- 1 (um) membro representante dos empregados, na forma da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010; e

VI- 1 (um) membro indicado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, senão reitor de universidade federal.

§1º O Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo, 02 (dois) membros independentes, sendo 1 (um) indicado pelo Ministro de Estado da Educação e 1 (um) indicado pelo Ministro de Estado da Saúde.

§2º Serão considerados, para o cômputo das vagas destinadas a membros independentes, aqueles que se enquadrarem nas hipóteses previstas no §1º do art. 22 da Lei nº 13.303, de 2016, bem como no §1º do art. 36 do Decreto nº 8.945, de 2016.

§3º O Presidente do Conselho de Administração e seu substituto serão escolhidos pelo colegiado, dentre os membros indicados pelo Ministro de Estado da Educação, que não estejam na condição de membro independente.

§4º O representante dos empregados, de que trata o inciso V deste artigo será escolhido dentre os empregados ativos da Ebserh, pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem, na forma da Lei nº 12.353, 28 de dezembro de 2010, e sua regulamentação.

§5º Para o exercício do cargo, o conselheiro representante dos empregados está sujeito a todos os critérios, exigências, requisitos, impedimentos e vedações previstas na Lei nº 13.303, de 2016, e do Decreto nº 8.945 de 2016.

§6º O representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive assistenciais ou de previdência complementar, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse, sendo tais assuntos deliberados em reunião separada e exclusiva para tal fim.

SEÇÃO III PRAZO DE GESTÃO

Art. 38. O Conselho de Administração terá prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

§1º No prazo estabelecido no caput serão considerados os períodos anteriores de gestão, na Ebserh, ocorridos há menos de 2 (dois) anos.

§2º Atingido o limite a que se referem o caput e §1º, o retorno

de membro do Conselho de Administração a esse colegiado ocorrerá após período equivalente a um prazo de gestão.

§3º O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros.

SEÇÃO IV VACÂNCIA E SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL

Art. 39. Em caso de vacância do cargo de conselheiro de administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente.

§1º Em caso de vacância da maioria dos cargos de conselheiros de administração, deverá ser convocada pelos conselheiros remanescentes a Assembleia Geral para proceder nova eleição de membros.

§2º No caso de vacância de todos os cargos do Conselho de Administração, compete à Diretoria Executiva convocar a Assembleia Geral.

Art. 40. Para o Conselho de Administração proceder à nomeação de membros para o colegiado na forma do caput do Art. 39 deste Estatuto, deverão ser verificados pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração todos os requisitos de elegibilidade exigidos para eleição pela Assembleia Geral.

Art. 41. A função de Conselheiro de Administração é pessoal e não admite substituto temporário ou suplente, inclusive para representante dos empregados.

Parágrafo único. No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do Conselho, o colegiado deliberará com os remanescentes.

SEÇÃO V DA REUNIÃO

Art. 42. O Conselho de Administração se reunirá, com a presença da maioria dos seus membros, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente, sempre que necessário.

§1º O Conselho de Administração será convocado por seu Presidente ou pela maioria dos membros do colegiado.

§2º As reuniões do Conselho de Administração podem ser presenciais, virtuais ou mistas, com a participação de um ou mais membro por tele ou videoconferência.

§3º Em casos excepcionais, e a critério do Conselho de Administração, poder-se-á convocar reuniões exclusivamente presenciais.

§4º A pauta da reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, salvo nas hipóteses justificadas e acatadas pelo colegiado.

Art. 43. As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes e serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária.

§1º Nas deliberações colegiadas do Conselho de Administração, o Presidente terá o voto de desempate, além do voto pessoal.

§2º Em caso de decisão não-unânime, a justificativa do voto divergente será registrada, a critério do respectivo membro, observado que se exime de responsabilidade o conselheiro dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao Conselho de Administração.

§3º As atas do Conselho de Administração devem ser redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções.

b) projeto básico, nos casos de empreitada por preço unitário, de empreitada por preço global, de empreitada integral e de contratação semi-integrada, nos termos definidos neste artigo;

c) documento técnico, com definição precisa das frações do empreendimento em que haverá liberdade de as contratadas inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, seja em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação, seja em termos de detalhamento dos sistemas e procedimentos construtivos previstos nessas peças técnicas;

d) matriz de riscos;

II - o valor estimado do objeto a ser licitado será calculado com base em valores de mercado, em valores pagos pela administração pública em serviços e obras similares ou em avaliação do custo global da obra, aferido mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica;

III - o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço ou de melhor combinação de técnica e preço, pontuando-se na avaliação técnica as vantagens e os benefícios que eventualmente forem oferecidos para cada produto ou solução;

IV - na contratação semi-integrada, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo de execução e de facilidade de manutenção ou operação.

§2º No caso dos orçamentos das contratações integradas:

I - sempre que o anteprojeto da licitação, por seus elementos mínimos, assim o permitir, as estimativas de preço devem se basear em orçamento tão detalhado quanto possível, devendo a utilização de estimativas paramétricas e a avaliação aproximada baseada em outras obras similares ser realizadas somente nas frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto da licitação, exigindo-se das contratadas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento em seus demonstrativos de formação de preços;

II - quando utilizada metodologia expedita ou paramétrica para abalzar o valor do empreendimento ou de fração dele, consideradas as disposições do inciso I, entre 2 (duas) ou mais técnicas estimativas possíveis, deve ser utilizada nas estimativas de preço-base a que viabilize a maior precisão orçamentária, exigindo-se das licitantes, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento na motivação dos respectivos preços ofertados.

§3º Nas contratações integradas ou semi-integradas, os riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha da solução de projeto básico pela contratante deverão ser alocados como de sua responsabilidade na matriz de riscos.

§4º No caso de licitação de obras e serviços de engenharia, as empresas públicas e as sociedades de economia mista abrangidas por esta Lei deverão utilizar a contratação semi-integrada, prevista no inciso V do caput, cabendo a elas a elaboração ou a contratação do projeto básico antes da licitação de que trata este parágrafo, podendo ser utilizadas outras modalidades previstas nos incisos do caput deste artigo, desde que essa opção seja devidamente justificada.

§5º Para fins do previsto na parte final do §4º, não será admitida, por parte da empresa pública ou da sociedade de economia mista, como justificativa para a adoção da modalidade de contratação integrada, a ausência de projeto básico.

Art. 43. Os contratos destinados à execução de obras e serviços de engenharia admitirão os seguintes regimes:

I - empreitada por preço unitário, nos casos em que os objetos,

por sua natureza, possuam imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários;

II - empreitada por preço global, quando for possível definir previamente no projeto básico, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual;

III - contratação por tarefa, em contratações de profissionais autônomos ou de pequenas empresas para realização de serviços técnicos comuns e de curta duração;

IV - empreitada integral, nos casos em que o contratante necessite receber o empreendimento, normalmente de alta complexidade, em condição de operação imediata;

V - contratação semi-integrada, quando for possível definir previamente no projeto básico as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual, em obra ou serviço de engenharia que possa ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias;

VI - contratação integrada, quando a obra ou o serviço de engenharia for de natureza predominantemente intelectual e de inovação tecnológica do objeto licitado ou puder ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias de domínio restrito no mercado.

§1º Serão obrigatoriamente precedidas pela elaboração de projeto básico, disponível para exame de qualquer interessado, as licitações para a contratação de obras e serviços, com exceção daquelas em que for adotado o regime previsto no inciso VI do caput deste artigo.

§2º É vedada a execução, sem projeto executivo, de obras e serviços de engenharia.

Art. 44. É vedada a participação direta ou indireta nas licitações para obras e serviços de engenharia de que trata esta Lei:

I - de pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto ou o projeto básico da licitação;

II - de pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico da licitação;

III - de pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.

§1º A elaboração do projeto executivo constituirá encargo do contratado, consoante preço previamente fixado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista.

§2º É permitida a participação das pessoas jurídicas e da pessoa física de que tratam os incisos II e III do caput deste artigo em licitação ou em execução de contrato, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da empresa pública e da sociedade de economia mista interessadas.

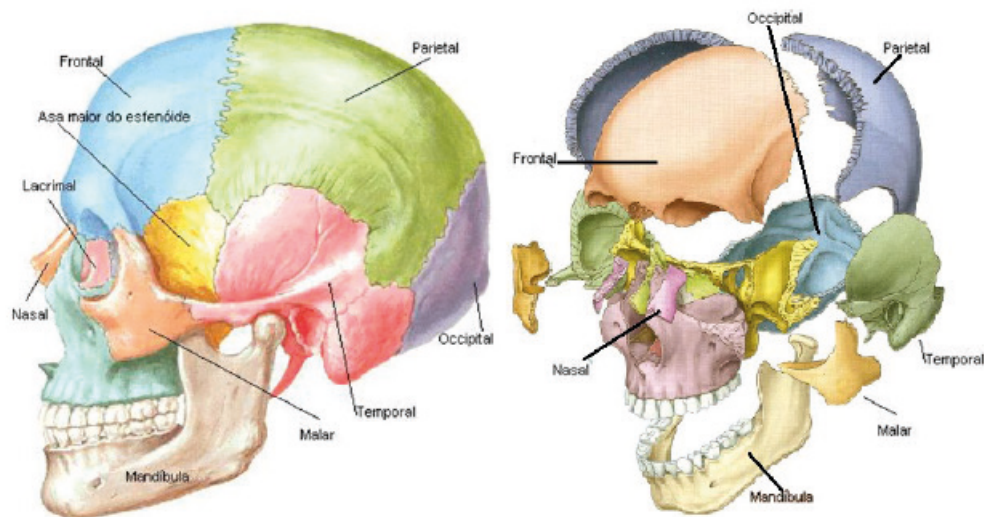
§3º Para fins do disposto no caput, considera-se participação indireta a existência de vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

§4º O disposto no §3º deste artigo aplica-se a empregados incumbidos de levar a efeito atos e procedimentos realizados pela empresa pública e pela sociedade de economia mista no curso da licitação.

Art. 45. Na contratação de obras e serviços, inclusive de enge-

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- **Ossos frontais:** este osso ímpar forma a região da testa (frente), o teto da cavidade nasal e as órbitas.
- **Ossos parietais:** são ossos pares, um direito e outro esquerdo, que formam os lados e o teto do crânio. Eles se articulam na linha mediana, formando a sutura sagital.
- **Ossos temporais:** os ossos temporais são pares, com um lado direito e outro esquerdo. Eles constituem as paredes laterais do crânio e são compostos por várias porções, incluindo a escamosa (articulada com o parietal na sutura escamosa), a mastoide, a timpânica e a petrosa ou rochosa.
- **Ossos esfenóides:** Este osso ímpar tem uma forma irregular e está situado na base do crânio, à frente dos ossos temporais e na porção basilar do osso occipital.
- **Ossos etmoides:** o osso etmoide é ímpar e mediano. Ele está localizado na base do crânio, mais precisamente na zona anterior medial.
- **Ossos occipitais:** este osso ímpar forma a parte posterior e parte da base do crânio. Ele se articula anteriormente com os ossos parietais, formando a sutura lambdoide.



Gray's **Anatomia clínica para estudantes** /Richard L. Drake, Wayne Vogl, Adam W. M. Mitchell; ilustrações Richard Tibbitts e Paul Richardson. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Caixa craniana

A face, também conhecida como viscerocrânio, é composta por 14 ossos irregulares, cada um desempenhando um papel importante na formação da estrutura facial. Esses ossos incluem:

- **Ossos Maxilares:** é formado pelas maxilas direita e esquerda, ocupando quase toda a região da face.
- **Ossos Palatinos:** os ossos palatinos, um par direito e esquerdo, possuem uma forma de “L” com uma lâmina vertical e uma lâmina horizontal. Eles estão localizados atrás das maxilas e desempenham um papel na delimitação das cavidades nasal, bucal e orbitária.
- **Ossos Zigomáticos:** também conhecido como osso malar, consiste em um par direito e esquerdo de ossos irregulares que formam as proeminentes maçãs do rosto.
- **Ossos Nasais:** os ossos nasais, um par direito e esquerdo, são ossos irregulares articulados entre si no plano mediano, formando o esqueleto ósseo da parte do dorso do nariz.
- **Ossos Lacrimais:** são ossos pares localizados na parte anterior da parede medial da órbita ocular, delimitando a fossa do saco lacrimal.
- **Conchas Nasais Inferiores:** são ossos laminares, independentes e irregulares, situados na cavidade nasal.
- **Ossos Vômeres:** o osso vômer é ímpar e está situado na face anterior do crânio. Ele se articula com o osso esfenóide e possui uma lâmina que, juntamente com a lâmina perpendicular do esfenóide, forma o septo nasal ósseo.
- **Mandíbula:** a mandíbula é o único osso móvel da face. Ela é ímpar e se articula com os ossos temporais, formando a articulação temporomandibular (ATM). A mandíbula tem uma forma de ferradura e contém os alvéolos da arcada dentária inferior, além de apresentar dois ramos, um prolongamento do corpo em um ângulo conhecido como ângulo da mandíbula.
- **Ossos Hioide:** o osso hioide é um pequeno osso em forma de ferradura que não faz parte do crânio ou da face. Ele está localizado na região do pescoço, abaixo da mandíbula e acima da cartilagem tireoideia da laringe. O osso hioide não se articula com nenhum outro osso e é sustentado pelos músculos do pescoço.

Coluna Vertebral (espinha dorsal)

A coluna vertebral, que se estende do crânio até a pelve, é responsável por cerca de dois quintos do peso total do corpo humano. Ela é constituída por tecido conjuntivo e por uma série de ossos chamados vértebras, que se sobrepõem para formar uma estrutura em forma de coluna, daí o nome coluna vertebral. Este componente anatômico é composto por 24 vértebras, juntamente com o sacro e o cóccix, e

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

torácica tem os movimentos de extensão e inclinação lateral mais amplos do que os das outras regiões da coluna.

6. (Prefeitura de Blumenau - SC - Fisioterapeuta - Edital nº 002 - FURB – 2022) A mão humana é um órgão de preensão. Consegue realizar forças acima de 45kg, bem como segurar e manipular objetos delicados, como uma simples linha de costura.

Marque a alternativa que melhor explica sobre um tipo de preensão palmar de força:

- (A) Segurar uma bola.
- (B) Segurar um martelo.
- (C) Segurar uma chave.
- (D) Segurar uma lata de refrigerante.
- (E) Segurar a alça de uma sacola.

7. (FUNSAÚDE - CE – Fisioterapeuta - FGV – 2021) As técnicas de Terapia Manual têm sido utilizadas tradicionalmente para produzir mudanças terapêuticas nas dores e na extensibilidade dos tecidos moles, por meio da aplicação de forças externas específicas.

Acerca das técnicas de mobilização articular do Maitland, assinale a afirmativa correta.

- (A) As técnicas de mobilização de Grau III e IV são indicadas preferencialmente para o alívio da dor.
- (B) A mobilização de Grau V é uma técnica de curta duração, pequena amplitude e alta velocidade, denominada como Thrust.
- (C) As técnicas de mobilização de Grau I e II são indicadas para aumentar o arco de movimento e o alongamento dos tecidos.
- (D) A técnica de mobilização de Grau III é um movimento de pequena dimensão no final da amplitude.
- (E) A técnica de mobilização de Grau I é um movimento de grande dimensão no meio da amplitude.

8. (Prefeitura de Fortaleza - CE – Fisioterapeuta - MPARH – 2021) “A mobilização/manipulação é uma técnica de terapia manual que compreende um contínuo de movimentos passivos qualificados para as articulações e/ou tecidos moles relacionados que são aplicados em velocidades e amplitudes variadas.” Essa técnica é contraindicada para:

- (A) melhorar a função motora através da redução da dor.
- (B) reduzir a perda progressiva de mobilidade associada à doença ou lesão.
- (C) aumentar e manter a mobilidade, quando um indivíduo é incapaz de fazer isso independentemente.
- (D) para tratar doença óssea ou fratura detectável na radiografia.

9. (Prefeitura de Itapeverica - MG - Analista de Ensino Superior – Fisioterapeuta - FUNDEP (Gestão de Concursos) – 2021) Em abordagens específicas de controle de dor, a estimulação elétrica simplesmente mascara a dor ou estimula o corpo a liberar os opiáceos endógenos de controle da dor.

Assinale a alternativa que não apresenta a estimulação efetiva de controle da dor em nível motor.

- (A) Estimulação elétrica neuromuscular.
- (B) Estimulação pulsada de alta voltagem.
- (C) Estimulação elétrica nervosa transcutânea.
- (D) Estimulação interferencial.

10. (UFU-MG - Fisioterapeuta - Edital nº 145 - UFU-MG – 2022) A reabilitação pulmonar tem se mostrado efetiva em várias condições clínicas, entre elas a doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC). Sobre seu uso/indicações e/ou papel, é CORRETO afirmar que

- (A) programas de reabilitação pulmonar de 3 a 4 semanas são altamente recomendados, podendo incluir, em média de 9 a 12 sessões no total.
- (B) pacientes com escore de dispneia de 3–5 do MRC e funcionalmente limitados pela falta de ar devem ser encaminhados para reabilitação pulmonar ambulatorial.
- (C) o treino aeróbico tem se mostrado superior ao uso de exercícios com resistência muscular progressiva no ganho de força e endurance.
- (D) na reabilitação pulmonar do paciente com DPOC, o treino contínuo promove resultados mais efetivos quando comparado ao treino intervalado.

11. FGV - 2023

Durante consulta fisioterapêutica, na qual o paciente em um programa de reabilitação cardiovascular fazia caminhada em esteira ergométrica, foi identificada uma elevação abrupta da pressão arterial sistêmica (pico hipertensivo) – em repouso PA = 125 x 75 mmHg e após 10 minutos na fase de treinamento PA = 150 x 90 mmHg.

Não havia qualquer sintomatologia associada. Contudo, como medida para a segurança do paciente, o fisioterapeuta deve:

- (A) realizar manobra vagal para redução da PA;
- (B) interromper o exercício e orientar o paciente a descansar;
- (C) administrar medicamento anti-hipertensivo imediatamente;
- (D) diminuir a intensidade do exercício e monitorar com mais frequência a PA;
- (E) continuar o exercício normalmente, mas monitorar com mais frequência a PA.

12. FGV - 2023

Homem, 34 anos, com neuropatia periférica do nervo fibular comum por hanseníase, apresentou lesão definitiva com a Síndrome do Pé Caído.

Para evitar que, ao tentar deambular, este paciente sofra lesões secundárias, a conduta fisioterapêutica a ser tomada é:

- (A) órtese de tornozelo para manutenção do pé em dorsiflexão;
- (B) cinesioterapia com o objetivo de fortalecimento dos músculos do compartimento anterior da perna;
- (C) exercícios terapêuticos para fortalecimento do core, estabilizando a cintura pélvica;
- (D) órtese crurossural para evitar sobrecarga no joelho homolateral;
- (E) prótese podálica, com sandália adaptada com palmilha ortopédica.